



JOHAN GALTUNG | Paz Cultural¹: Algumas Características

www.transcend.org

1. Introdução: O que é uma palavra? Ou duas? Ou três?

Quando tratamos com palavras tão ricas como “cultura” e “paz”, é aconselhável proceder com algum cuidado. Um consenso sobre seu uso não é possível nem desejável, nem sequer necessário. Mas o leitor tem o direito de saber como o autor está usando as palavras. Deve haver uma espécie de contrato, explícito até, ao menos durante a leitura destas páginas. Assim, mãos à obra:

A **cultura** é um aspecto simbólico da existência humana. A **cultura é representação**, através de símbolos, em geral visuais ou sonoros, organizados de modo diacrônico ou sincrônico². Recentemente esta representação (como se vê na TV em tempo real ou no computador de forma interativa) aproximou-se tanto da realidade que o termo “realidade virtual” é usado como uma realidade fictícia. Talvez alguém alegue que isto não é arte, que a arte ressalta alguns aspectos da realidade e obscurece outros. Mas esta não é uma objeção válida, pois a cultura é uma categoria mais abrangente que a arte.

Como acontece com as finanças em relação à economia real, a cultura vai adquirindo vida própria, com sua própria lógica, no final acabando por representar nada senão ela mesma – ela evolui, se reproduz através do encontro de culturas e dá à luz novas culturas, que brotam como vírus e invadem a mente humana programando-a para reproduzir tal cultura, ocasionalmente somando ou subtraindo algo. O resultado é uma enorme quantidade de cultura, a linguagem sendo um dos exemplos mais óbvios, na sua forma escrita ou falada, e exigindo competências específicas de emissor e receptor.

Novamente recorrendo à comparação finanças / economia real: É preciso haver algum tipo de sincronia. Os humanos não vivem só de pão, mas tampouco vivem só de palavras, símbolos. Se há cultura demais em relação àquilo que ela representa, teremos inflação, um estado de “sobreculturação” – e se há cultura de menos, teremos um estado de “subculturação”, ou a escassez de significado. Muitas vezes falamos do desgaste de certas palavras, como acontece com a palavra “paz”, para não mencionar a palavra “amor” –

¹ Obviamente, um outro título poderia ser a expressão comumente usada: “Cultura de Paz.” No entanto, “paz cultural” é homólogo a “violência cultural” (ver Johan Galtung, “Cultural Violence”, *Journal of Peace Research*, 1990). O problema a ser explorado é: qual seria a feição da paz cultural, para que pudéssemos reconhecê-la se a virmos. Parece que há menos paz cultural do que paz estrutural no mundo, e menos paz estrutural que paz direta. Ou seja, os seres humanos se comportam de modo admiravelmente pacífico apesar dos contextos estruturais e culturais negativos. Para explorar tais assuntos, veja Johan Galtung, *Peace by Peaceful Means*, London/NewYork, SAGE, 1995, part 1, cap. 2,3.

² Por exemplo, um texto é visual e diacrônico; a fala é sonora e diacrônica, como a música; uma pintura é visual e sincrônica, como a foto; uma harmonia é sonora e sincrônica. A ópera é tudo junto. O silêncio é nada disso. Os sentidos tátil, gustativo e olfativo parecem subutilizados como veículos culturais, talvez porque nossa capacidade de percepção destes é menor que a capacidade visual e auditiva.

que são ditas sem lastro de valor real. A “paz” da guerra fria é um exemplo disso³. Tal fenômeno pode resultar em falta de confiança e numa “quebra” da bolsa cultural: algumas palavras, como as ações das empresas, passam a não valer nada. A queda do valor pode ser rápida ou lenta, como o índice Dow Jones comparado ao Nikkei.

Por outro lado, há aquelas pessoas em cujas palavras podemos sempre acreditar. E há até aqueles que são dignos de confiança exatamente porque não falam: “As palavras são prata, o silêncio é ouro”. Curiosamente, na economia o ouro vem desempenhando um duplo papel, constituindo-se num bem real e financeiro ao mesmo tempo, o “lastro em ouro” sendo tão atraente justamente porque ele tem seu próprio contra-valor. A “realidade real”, algo que serve de contra-valor (equivalente ao famoso lastro em ouro), seria, obviamente, uma ação real e não meramente simbólica.

A cultura oferece ao *homo sapiens*, carente de instintos, um mapa de realidade virtual que serve como guia para a realidade real. A **cultura profunda**, que é a cultura crua, sem enfeites, cravada no subconsciente individual e coletivo, serve para orientar os seres humanos – possivelmente em direção aos ideais gregos (o bom, o belo e o verdadeiro) – como um programa de computador, ou um código genético.

A **paz** é, obviamente, a ausência de violência de todos os tipos - direta (física e também verbal), estrutural, cultural - dirigida contra o corpo, a mente ou o espírito de um outro ser, humano ou não. Uma concepção mais pragmática e dinâmica da paz seria: **a paz é a condição que permite aos conflitos serem transformados de maneira criativa e não-violenta**. O foco se volta assim para o conflito, deixando de lado a paz. A paz se torna o contexto (interno e externo) que propicia uma forma construtiva de lidar com o conflito, que é a condição humana capaz de servir tanto de Criador como de Destruidor.

Diga-me como se comporta num conflito e te direi qual o seu nível de cultura de paz. Uma cultura de paz não é um conjunto de representações pacíficas e não-violentas da realidade. O teste de eficácia da cultura de paz está na forma como esta afeta o comportamento durante um conflito. O paralelo com finanças / economia é obvio: a prova do dinheiro não está na quantidade de dinheiro, ações ou debêntures que possuímos, mas na quantidade de bens reais que se pode adquirir com esse dinheiro, ações ou debêntures. Aí repousa a beleza da cultura de paz, ou de qualquer cultura. Ela se traduz em realidades do

³ Nos anos 50 – 60 a palavra “paz” foi pouco usada no Ocidente, em parte porque foi usada demais no Oriente, e mesmo que os países comunistas tivessem sérias intenções em relação à paz internacional, a repressão política dentro desses países serve de exemplo da falta de lastro no mundo real. Contudo, nos anos 70 – 80 a palavra “paz” foi usada com crescente frequência no Ocidente, por exemplo, pelos social-democratas alemães, pelo movimento de paz não-comunista e cada vez mais pelos governos, provavelmente por causa da sensação de que a palavra teria retido seu valor dentro a população em geral, apesar do uso abusivo pelo bloco socialista (que a população reconhece como tal). O não-uso da palavra pelo Ocidente pode ter sido um tiro pela culatra porque pode ter sido interpretado como falta de lastro real no mundo real, ou seja, o Ocidente basicamente não queria a paz. Depois Reagan teve que ceder e adaptar-se à retórica de paz e desarmamento de Gorbachev, talvez porque os povos do mundo estivessem entusiasmados com a crença de que tal discurso refletisse uma realidade soviética. Moral da história: tenha cuidado com as grandes palavras, defina-as, e use com abundância quando elas refletem uma realidade palpável.

A pesquisa de paz surgiu nesse período, no fim dos anos 50. Como disse um membro do governo norueguês na época, o termo era problemático. Nas palavras dele, “Que palavra terrível!” A solução foi suavizar a palavra “terrível” adicionando a palavra “conflito”, que não era terrível nem científica. E assim foi criado um departamento para pesquisas de conflito e paz, nome depois imitado em vários países. Como indica a definição dinâmica de paz, este termo é defensável do ponto de vista lógico como também do ponto de vista tático.

mundo real, em vez de ser convertida, perdendo seu valor. O perigo está na inflação, não na deflação. O fluxo de moeda pode cessar mas não o fluxo de símbolos.

Como dissemos, estamos todos cercados por uma quantidade inimaginável de cultura. Pode ser que haja uma cultura de paz em algum lugar do mundo simbólico mesmo que apenas uns poucos, muito poucos que vivem ali, tenham internalizado esta cultura de paz a ponto de serem capazes de lidar pacificamente com os conflitos. Assim, podemos distinguir entre **cultura de paz potencial**, que não entrou nem configurou nossas mentes e mentalidades, e **cultura de paz atual/atuante**, que foi realizada.

Nesse ponto os educadores ficam animados: quem mais poderia fazer a ponte entre os que ainda não foram eficazmente programados para um comportamento pacífico e aqueles que já foram? Quem mais poderia fazer a ponte entre potência e ato? Se partirmos do pressuposto de que a cultura deve ser recebida antes de ser internalizada, a questão é determinar se tal cultura foi mediada – tendo como mediador o educador – ou se “não-mediada”. Ou seja, se foi apreendida de forma direta ou indireta. Por exemplo, eu prefiro absorver uma cantata de Bach sem ninguém me dizendo o que está acontecendo e como devo receber aquilo. Eu quero que aquilo aconteça. Eu aconteço. Eu equivalho àquilo, aquilo é parte de mim e vice-versa.

Evidentemente o problema reside no fato de que a cultura mediada difere da versão não-mediada, justamente por ter passado pelo mediador. Por isso a educação é tão problemática: a literatura “ensinada” na escola difere daquela obtida com o livro aberto, sem mediação. Uma leitura direta de Gandhi (ou Buda, ou os aspectos suaves e gentis de Jesus Cristo) sempre terá um impacto diferente das incontáveis versões mediadas.

Estarei dizendo, professores, que fiquem em casa?

Não. Os educadores têm um papel a cumprir se eles fizerem uma leitura de fato muito profunda dos textos⁴ que serão objeto da mediação. Mas se os professores simplesmente transmitirem cultura superficialmente, então a educação acabará por gerar maior desencontro e separação entre representação e realidade. Como no caso de uma pessoa desonesta que tenta ensinar ética. Este é um forte argumento contra a educação para a paz que procura transmitir cultura de paz sem a prática. A prática é fundamental, incluindo-se o ativismo de paz por parte do próprio educador.

2. Triângulos de conflito e triângulos de transformação de conflito.

Como dissemos, o “conflito” foi escolhido como ator principal na compreensão da paz em geral, e da cultura de paz em especial. Assim, seguem algumas considerações sobre o “conflito”.

Nosso discurso começa com uma fórmula simples:

⁴ “Texto” é usado aqui num sentido mais amplo, incluindo, por exemplo, a música.

CONFLITO = A atitude/pressupostos + B comportamento + C contradição.

O triângulo ABC tem o vértice B em cima, pois o comportamento é a única parte observável do conflito. A e C devem ser deduzidos, em geral a partir de trocas físicas ou verbais violentas. No entanto, tais trocas não podem nos levar à conclusão imediata de que existe ódio ou qualquer contradição específica subjacente entre os objetivos N (sejam eles valores, interesses, ou ambos), ou as partes envolvidas M. Atitudes negativas e contradições são hipóteses a serem testadas na prática de participação no conflito. A hipótese geral é de que o comportamento violento é produzido por contradições não resolvidas e atitudes negativas: o problema é estabelecer quais são essas contradições e atitudes. Pode haver muitas hipóteses a serem testados. Mas mesmo a redução da violência não é garantia de termos encontrado a hipótese acertada. Há muitas outras possibilidades: o cansaço, um conflito novo mais importante, etc, etc.

Segundo a fórmula acima, o conflito pode se iniciar em qualquer dos vértices e contaminar os outros dois. Por outro lado, pode também ser transformado ou mesmo dissolvido ou resolvido a partir de qualquer dos vértices – embora o recomendável seja começar a atuar nos três vértices ao mesmo tempo: suavizando o comportamento, modificando atitudes e dissolvendo contradições. Mas, como? E, sobretudo, como fazê-lo de forma não-violenta e criativa?

Eis uma fórmula derivada da fórmula do conflito:

Transformação de Conflito = empatia (para com atitudes/pressupostos) + **não-violência** (quanto ao comportamento) + **criatividade** (para resolver contradições)

Esta fórmula é válida para qualquer um fora do conflito ou para trabalhadores de conflito, bem como para qualquer parte do conflito que procura transformá-lo. Em primeiro lugar, é preciso **empatia** em relação a todas as partes – não a versão barata do tipo: “Como eu me sentiria se estivesse no lugar deles?”, mas no sentido de “como é realmente estar no lugar deles?”. Em segundo lugar, é preciso limitar-se à **ação não-violenta**, entre outros motivos, para quebrar os ciclos de “violência gera violência”.

Em terceiro, é necessário usar de **criatividade** para transcender as contradições.

O problema é: de onde tiraremos estas “matérias primas” escassas e preciosas? Tiraremos de uma cultura de paz, visto que estes são os três componentes principais de tal cultura.

Primeiramente, procuremos defender esta tese de forma negativa: o que acontece se a cultura for pobre nesses três elementos, e ainda por cima hostil?

Evidentemente, sem empatia não é possível compreender o triângulo ABC do ponto de vista das outras partes (a concepção cultural de apenas duas partes já é em si violenta). Sem empatia, Saddam Hussein torna-se apenas um invasor do Kuwait (que de fato foi), e não o chefe de um povo que sofreu traumas nas mãos do Ocidente (1258, 1916, 1917, 1922, 1961, apenas para mencionar alguns). Seu comportamento se afigura como somente violento, autista, uma manifestação do Mal. E a visão que ele tem da contradição

soa como “propaganda”. Não escolhi este exemplo porque tenha qualquer simpatia por qualquer pessoa ou povo em especial, mas para mostrar que, quando a empatia está faltando, países que possuem “imprensa livre”, “estado de direito” e democracia mostram-se presas fáceis de uma compreensão rasa e enganadora do conflito.

Se a não-violência não for parte da cultura, quando os apelos ao bom senso e à resolução de conflito através do diálogo, da mediação, da arbitragem, da lei e até autoridade legal forem insuficientes, então o recurso à violência será facilmente adotado “para resolver a questão de uma vez por todas”.

Numa cultura que privilegia a inércia mental em detrimento da criatividade para conciliar objetivos incompatíveis, a violência também vem fácil. Se a solução para os conflitos estivesse contida no pensamento dominante, é claro que a solução já teria sido encontrada e implementada. Quando o pensamento dominante não oferece soluções, uma hipótese razoável a adotar é que será preciso uma boa dose de criatividade para transcender o pensamento dominante.⁵

Também é fácil perceber que apenas uma ou duas destas preciosas matérias primas não são suficientes. A empatia é ótima, mas precisa ser traduzida em ações. Gandhi entendeu os britânicos, os respeitou e desejou para eles um futuro ainda melhor, muito bem – mas isto não é o suficiente para libertar tanto a Índia como a Inglaterra da chaga da violência cultural e estrutural chamada colonialismo. Empatia em relação a Saddam Hussein, empatia capaz de nos fazer entender que seus maiores objetivos não eram necessariamente pôr o Kuwait contra a coalizão liderada pelos Estados Unidos, mas enfrentar aquela coalizão, assim corajosamente resgatando sua honra e dignidade – tal empatia nos leva a entender porque tanto Bush como ele se declararam vencedores da guerra do Golfo. Mas não mobiliza forças contra seu crime, coisa que uma marcha de 100.000 civis ao Kuwait ocupado pelo Iraque faria, tornando a ocupação sem sentido, e evitando uma guerra que matou perto de um milhão de pessoas até agora⁶.

Empatia e não-violência, juntas, mesmo sob a liderança de Gandhi, foram insuficientes para encontrar uma solução criativa para o separatismo dos muçulmanos (Paquistão). A história não deu um passo. Foi insuficiente a habilidade da mãe Índia de servir como generosa anfitriã para uma incrível variedade de religiões, com a condição de que não fosse desafiado o sistema cultural altamente complexo comumente chamado hinduísmo. O ecumenismo ruiu, e prevaleceu o “estatismo” europeu de um lado, na forma de pureza, *pak*, com limpeza étnica dos dois lados.

Em resumo, estes três elementos culturais, internalizados ou não, constituem um *holos* com propriedades sinérgicas poderosas. Se eliminamos um, como a não-violência, nos veremos na posição de Sun Zu, ou das Forças de Defesa Israelenses: brilhante compreensão de si e do inimigo, porém ainda presos à violência. Não se consegue a paz.

⁵ Um exemplo clássico, pedagógico é o que segue: Você está no Pólo Sul e tem ordens para mover-se, mas não pode ir para o Norte. O pensamento dominante, sabendo que qualquer passo levará ao Norte, nos levaria à imobilidade. O pensamento criativo, não-pragmático, alternativo faria com que pulássemos.

⁶ Incluindo mortes causadas por sanções econômicas.

Se a empatia, a não-violência e a criatividade forem internalizadas, então os procedimentos concretos de como proceder diante do conflito poderiam ser mais ou menos estes:

1. Estabelecer diálogo com ao menos uma das partes, mas a sós, sem as outras partes. Tentar entender qual o objetivo básico que se oculta sob os atos e a retórica de violência.
2. Desenvolver, conjuntamente, um processo não-violento para alcançar tal objetivo.
3. Quando os objetivos básicos das partes são incompatíveis, o trabalhador de paz que vem de fora pode oferecer aportes de criatividade ao diálogo – criatividade que não está disponível às partes envolvidas no conflito, cegas pela violência cultural e pelo ódio gerado pela violência direta.
4. As partes só devem se encontrar em volta de uma mesa de negociação depois de terem sido muito bem preparadas.
5. Então, é possível que desabrochem milhares de diálogos de paz, a não ser que se caia no mal-entendido de que a paz é igual a um documento assinado pelos líderes⁷.

3. Para além da Empatia, da Não-violência e da Criatividade.

Poderiam a empatia, a não-violência e a criatividade, enquanto elementos culturais internalizados como traços de personalidade, ser parte de algo mais abrangente? Haveria uma espécie de gênero taxonômico cultural por trás de cada uma delas? Uma resposta poderia ser sim: **carma** por trás da empatia, **reversibilidade** por trás da não-violência e **flexibilidade** por trás da criatividade. Vamos explorá-las, começando pela empatia.

Uma das conseqüências da empatia seria perceber o ato violento (físico ou verbal) da forma como o ator o percebe: como resultado de provocações que o levam para além de seu limiar, que talvez já seja baixo em função dos fatores internos e externos daquela pessoa (um histórico de violência familiar, criação numa cultura violenta, identificação com uma nação que sofreu traumas terríveis e que relaciona o provocador com a fonte dos traumas). “*Tudo compreender é tudo perdoar*”. Não. Em algum momento houve uma escolha. Todas as forças atuando sobre uma pessoa podem se combinar para determinar o resultado, exceto por uma dessas forças: a capacidade do espírito humano de se sobrepor às outras forças. Mas o espírito também precisa de sustentação. O nome dessa sustentação é cultura de paz.

Agora, procuremos voltar a empatia em outras direções; não para um ou dois outros, tentando entender o outro contido no outro; não só sentir o si mesmo como outro. Voltemos a empatia para a vida humana em geral procurando sondar as redes, as sincronias, atrás, à frente, ao lado, além da vida, ao lado da vida – tudo, como uma totalidade. Eu, meu Ser, o Outro, tudo é somente pequenos grãos no interminável fluxo da vida, mas dotados da capacidade de navegar, assumir o comando, a responsabilidade.

⁷ Experiências pessoais desse tipo de abordagem estão em: “On the Politics of Peace Action; Nonviolence and Creativity” por Johan Galtung, em *Hawaiian Journeys in Nonviolence*, ed. Judith McKibben, Honolulu, Spark M. Matsunaga Institute for Peace, 1995.

“Somos todos um em Jesus Cristo”, disse Paulo. Os budistas falam de “originação interdependente”, querendo dizer que tudo influencia tudo. “Estamos todos no mesmo barco” não seria uma má expressão para passar essa mesma idéia, acrescentando que, se o barco está furado, e a água vem jorrando para dentro, o problema central não é quem fez o buraco, mas o que fazer para solucionar o problema. De fato, sempre é possível identificar os nós da rede da vida, conferir certificados de culpa, até pendurar algumas pessoas pelo pescoço em virtude das culpas atribuídas (Eu declaro Fulano culpado de Tal Coisa, data, assinatura). Como sempre, não temos uma mensagem que diga: “Fulano não é culpado”. Certificados de culpa servem para glorificar o ego de quem declara, além de condenar o outro. Criam-se limites de tinta e muros de papel.

Uma forma de resumir essa síndrome seria dar-lhe o nome de síndrome de Armagedão-Maniqueísta-Dicotômica (AMD). Nela, linhas nítidas dividem a realidade humana em duas partes: de um lado está o Outro, o puro Mal – e de outro lado está o Eu, que é puro Bem. Uma batalha final e decisiva acabará acontecendo: melhor estar bem preparado. Essa síndrome pode ser melhor compreendida através de sua antítese: Há linhas, porém borradas e cruzadas, que definem mais que dois partidos; nenhum deles é puro mal, nenhum é puro bem. Todos são compostos de **yin e yang**. Não há batalha final. A síndrome é parte da violência cultural, a sua antítese é parte da paz cultural. A primeira leva a fronteiras definidas, polarização, mobilização para a batalha ou um xequê devido ao equilíbrio de poderes. A segunda leva a diálogos internos e externos, consigo mesmo e com o outro, para encontrar modos de melhorar a situação; ou então à inação, imobilidade e dúvida.

Um modo de resumir a segunda síndrome é algo que vem sendo feito há milênios através do conceito de **carma**: um destino partilhado que não foi pré-determinado, mas pode ser melhorado a qualquer tempo. A abordagem é precisamente o diálogo interior, que em geral chamamos de meditação, e o diálogo externo entre as partes do conflito: a “formação do conflito”. Procurar uma resposta para a eterna pergunta da primeira síndrome (quem começou?) é algo que não tem sentido, pois a vida é interativa, gerada de forma co-dependente. Alguém deu o primeiro tiro, mas alguém também fez algo antes disso, e assim por diante, em todas as direções, remontando ao início dos tempos, e a todas as regiões da Terra. Não há como negar o Mal, mas nega-se aqui a possibilidade de localizá-lo nitidamente num ponto do espaço, ou atribuir ao Primeiro Ato Maligno um ponto exato no tempo.

Então, que tal olhar para o tempo futuro? Se partimos da hipótese que o tempo é finito, não há um estado final, um estado ao qual se chega quando o tempo pára (ou, mais precisamente, quando a mudança pára). Mas, se existe um estado final, obviamente esse estado é irreversível, caso contrário não seria final. Se ele é irreversível, obviamente está gravado, na melhor das hipóteses, em pedra ou metal. Qualquer movimento que se desvie do estado final, ou qualquer esforço feito nesse sentido, seria como um crime contra a história, o tempo, a natureza. Partindo dessa idéia, basta um passo para chegar ao uso da violência a fim de chegar ao estado final e mantê-lo, parte importante da idéia Orwelliana de sociedade irreversível, exemplificada no século passado pela violência do nazismo (Tausendjähiges Reich), e pelo comunismo e capitalismo globais (O Fim da História).

Em contraposição a isto estaria a idéia de **reversibilidade: não faça nada que não possa ser desfeito**. Se nada é definitivo, nada deveria ser feito como se fosse definitivo. Isto pode ser interpretado como algo que leva ao fatalismo. Mas uma interpretação mais consistente seria: qualquer estado de coisas pode ser melhorado, portanto, não o torne irreversível⁸.

Seguem-se algumas implicações importantes disso, e uma delas é a não-violência. A violência é terrivelmente irreversível. Somente nos desenhos animados do tipo Disney é que seres achatados, recortados, cruzamentos entre animais e humanos, ressurgem da morte, ganhando vida nova de seu criador. Na vida real, empírica, tal coisa não acontece⁹.

Isso também se aplica, ainda que em menor escala, à violência não-letal pois, por definição, ela deixa traumas. Os verbos ligados à violência (machucar, lesar) já carregam a conotação de ferimentos somáticos e mentais. Qualquer médico do corpo ou da mente sabe que as lesões não são facilmente localizadas (a não ser superficialmente) e tendem a se espalhar; e mais, não desaparecem facilmente. Tanto o corpo como a mente têm memória, e talvez uma memória privilegiada para traumas –mesmo que um eu forte possa enfrentar, processar e apagar (e não só suprimir) traumas até graves. O truque é torná-los significativos, aprender com eles, torná-los fontes de crescimento (como na perene pergunta: “Por que Deus permitiu que isso acontecesse?”).

E também se aplica aos traumas sofridos por outros entes queridos diante do sofrimento daquele que foi atingido ou ferido diretamente: amigos e parentes dos mortos ou feridos (aleijados no corpo ou na mente). Sua dor pode também apresentar elementos de irreversibilidade.

A segunda implicação é ecológica: Não fazer à natureza algo irreversível, como extinguir uma espécie; só tirar da natureza o que ela pode renovar, tornando nosso saque reversível. Uma formulação mais simples seria: estender a não-violência, em teoria e na prática, aos integrantes não-humanos da natureza.

Vale notar que a filosofia da reversibilidade difere da filosofia de Kant da universalizabilidade.¹⁰ É possível entender que Kant tenha dito que o princípio subjacente a nossa ação deveria ser generalizável, e até universalizável para o mundo inteiro (em teoria para o universo todo), ou seja: faça apenas aquilo que os outros (todos os outros) podem fazer também. Se todas as famílias do mundo não podem ter uma geladeira porque isso destruiria a camada de ozônio, então se abstenha de ter uma geladeira. Se seu desenvolvimento espiritual não reduz as possibilidades dos outros terem um desenvolvimento similar, não há problemas, vá em frente.

⁸ Não confundir com um Ótimo Pareto em que ninguém fica prejudicado por qualquer movimento. Um Ótimo Pareto é obviamente compatível com mudanças, de modo que alguns ficam no lugar e alguns se movem, aumentando a distância, o que freqüentemente significa um aumento no potencial de conflito. Assim, o Ótimo Pareto não serve como exemplo de algo que deve ser tornado irreversível.

⁹ Não é exagero sugerir que este é um dos muitos motivos por trás da enormidade da violência norte-americana: as pessoas parecem acreditar que a vida é reversível quando a realidade virtual dos desenhos animados parece mais real que a realidade empírica.

¹⁰ Em *Zum ewigen Frieden*, publicado pela primeira vez há dois séculos, em 1795.

Obviamente, o imperativo de Kant serve bem para regular o comportamento num mundo materialmente finito, e faz convergir as atividades para aquilo que é ilimitado, ou menos limitado: o mundo não-material. Mas, poderá eliminar a violência? Ou a proposta implícita é “pratique apenas a quantidade e qualidade de violência que estaria disposto a permitir universalmente”? Não seria esse o caso da força de paz¹¹, da violência defensiva, da violência segundo as regras agostinianas para a guerra justa, ou das regras islâmicas para a guerra santa (o quarto estágio do jihad)? Num certo sentido, este é o mundo em que vivemos: um mundo em que a guerra é legitimada através da idéia de que “estou indo para a guerra, mas sob circunstâncias similares eu também daria a você o direito de fazer o mesmo”. Obviamente, isso não leva ao fim da guerra, e a universalização, neste caso, acaba servindo como legitimação.

Por fim, temos a busca por um conceito de criatividade capaz de fazer a ponte. Acima mencionamos a palavra **flexibilidade** como um indicador, um sinal que se desdobra na seguinte idéia:

O espaço de ação de uma pessoa (P), em busca de uma saída para um conflito, num determinado ponto do espaço (E) e do tempo (T), em geral pode ser subdividido em três subzonas: o convencionalmente possível (CP), o potencialmente possível (PP), e o impossível (IM). P tenta CP e não encontra solução alguma. P não é muito criativo, entre outros motivos porque vive imerso numa cultura onde o mundo é visto como inflexível, governado por leis naturais ferrenhas e leis sociais garantidas por pulsos de ferro. P desiste, acreditando que PP não existe e que IM começa onde CP termina. Nem é preciso dizer que se a violência está contida em CP (e em geral está – a maioria dos povos do mundo já ouviu falar da violência e já aprendeu algo sobre ela, por mais inocentes que tenham sido em algum lugar do passado), e se CP é muito limitado e PP inexistente, então a violência surge como solução em primeira instância. O que está por trás desse tipo de atitude?

Um pressuposto mencionado acima: a fé em leis férreas, da natureza e da sociedade. Não é por acaso que empregamos a mesma palavra (lei, law, Gesetz, lov, loi, legge, ley, etc.) tanto para as leis sociais como para as naturais. A origem da semelhança é fácil de detectar: Deus ditou leis não só para humanos, mas também para a natureza. Estudar a natureza era estudar a Deus. Hoje, depois do Iluminismo, vemos as leis sociais como ditadas (por legisladores) e as leis naturais como descobertas (pelos cientistas).

Mas o resultado é o mesmo. Se as leis são ditadas por Deus aos teólogos, juristas ou cientistas, em todo caso os espaços de ação tornam-se limitados. Há barreiras: as leis naturais e sociais. Se as pessoas acreditam que tais limitações são inflexíveis, imutáveis ou irreversíveis, igualmente serão suas consequências (teorema de Znaniecki-Thomas).

A negação disso seria uma natureza menos ditada por Deus através de leis fixas, e leis sociais menos imutáveis. Começando por estas últimas, notamos uma característica interessante do direito anglo-saxão, que se opõe ao direito romano, uma vez que naquele sistema as próprias leis estão sob julgamento no

¹¹ Segundo o capítulo 7 da Carta das Nações Unidas, a expressão é um bom exemplo de uma *contradictio in adjecto*.

tocante à sua função de prever. Se as pessoas **em massa** quebram a lei, em que sentido se pode dizer que esta ainda é lei? Estas não são como as leis das ciências sociais, usadas para prever o comportamento normal, médio; nem são leis sociais no sentido de algo que é respeitado. O que sobra é uma formulação vazia, algo parecido com um epitáfio para uma lei morta. Uma nova lei deve nascer.

Numa cultura desse tipo a desobediência civil faz sentido. A desobediência civil em massa empresta uma dimensão moral ao declínio da previsibilidade, uma indicação de como seria a nova lei. Não há dúvida de que estamos na seara da política. Não há nada mais político que um conflito, qualquer conflito¹²; e poucas idéias mais revolucionárias do que a “paz”. A desobediência civil pode funcionar também para alguém que diz “*ich kann nicht anders*” [Não posso fazer de outro modo]¹³, mas tal pessoa precisa ser muito forte em todos os aspectos. Gandhi fez a combinação do conceito hindu de *ahimsa* com o direito anglo-saxão.

Mas o que dizer das leis naturais? Poderiam ser igualmente transcendidas? Um relance pela história das ciências naturais e sua **aplicação prática** imediatamente evidencia uma resposta positiva. Fazemos isso o tempo todo. Em geral não se mudam as leis, mas introduzem-se novas variáveis que tornam repentinamente possível aquilo que se alegava impossível; ou seja, aquilo era na verdade potencialmente possível.

Um bom exemplo disso é a invenção do avião. Argumentava-se que era impossível, já que nunca tinha sido inventado. Além disso, a lei da gravidade mostrava justamente que as coisas pesadas ficam no chão e as coisas leves no ar. Os aviões são pesados, e a conclusão parecia óbvia. Dentro da lógica daquela argumentação sim, mas quando duas asas, chatas em baixo e curvas em cima, impulsionadas por um motor (mesmo que relativamente fraco), interagiram com a lei da gravidade, o avião decolou.

E as leis da ciência social? É claro que estas são mais de borracha que de ferro, e, no entanto, talvez porque as pessoas acreditem nelas, tais leis fazem com que surja uma barreira entre CP e PP, e com que PP pareça IM. A abordagem é idêntica: Uma terceira variável deve ser introduzida. É dito que não se pode ter desenvolvimento industrial sem destruir a família estendida porque os trabalhadores devem mudar de cidade e não podem trazer os 30 membros da família estendida. Solução: trazer a indústria até o vilarejo, fabricar peças, implementar um sistema de comunicação e transporte de primeira linha, como o Japão e a Suíça.¹⁴

4. Onde encontrar carma, reversibilidade e flexibilidade?

Não é preciso possuir grande conhecimento sobre cultura e macro-cultura (civilização) para saber que a resposta óbvia é o budismo. A idéia de carma é central. Não no sentido geralmente mal interpretado no Ocidente (onde se entende a palavra num sentido de predeterminação), mas no sentido de que “mais cedo

¹² Por essa razão motos como “a política da vida diária” e “a política da vida interior” fazem sentido, e não deveriam ser vistos como reducionismo. E a paz cultural é tão relevante nessas instâncias como em qualquer outro lugar onde se identifique um conflito.

¹³ Lutero conseguiu, de alguma forma, apesar de trabalhar dentro de uma tradição romana e não anglo-saxônica.

¹⁴ Para maiores detalhes sobre o assunto, veja Johan Galtung, “Science as Invariance-finding and Invariance-breaking”, *Methodology and Ideology*, Copenhagen, Ejlers, 1977, cap. 3.

ou mais tarde tudo que você diz ou faz volta para você”. Se você diz/faz algo de mal, seu carma deteriora; se você diz/faz algo de bom, seu carma melhora. Este é um conceito holístico e inclui tudo que dizemos ou fazemos (incluindo o “diálogo interno”: os pensamentos e cognições; e os atos “subcutâneos”: a emoção e a volição). Acima de tudo, há um conceito de carma individual e também de carma coletivo (**você fez mal a mim / eu fiz mal a você**) muito mais holístico e relacional (**nós fizemos mal a nós**), cuja implicação é que eu e você compartilhamos um mau carma. O termo “culpa” localiza aquilo que está errado em um único ponto cármico, em um ator; em vez de atribuí-lo ao carma como um todo.¹⁵ A cura decorre do que foi dito: não de uma seqüência catártica de confissão - pedido de perdão - penitência - catarse, mas de um processo de ida e volta entre diálogo interno e externo até que se descubra o que deu errado e o que pode ser feito a respeito.

Mas as abordagens oriental e ocidental podem e devem ser combinadas. Poder-se-ia argumentar que a abordagem culpa/não-culpa é muito preto no branco, enquanto a abordagem cármica é excessivamente 50%/50%. Há circunstâncias, mesmo quando o nexo causal é extremamente complexo e crítico ao invés de linear, em que alguns são mais responsáveis (um termo melhor do que culpados) que outros.

Curiosamente, o budismo também abriga em sua epistemologia os dois pilares da reversibilidade e da flexibilidade que mencionamos como sendo essenciais.¹⁶ No pensamento budista o tempo é ilimitado, sem fim nem começo e, portanto, não se dá muito espaço para especulação sobre a origem e o estado final das coisas. Desse conceito, no entanto, não se segue a reversibilidade. Por exemplo, esse conceito poderia dar lugar ao progresso infinito ou à involução infinita. E há elementos desse tipo presentes no budismo, como, por exemplo, o nirvana, que é irreversível. Por outro lado, estaríamos trabalhando com perspectivas de tempo tão duráveis que, para todos os efeitos práticos, tais estados finais lançam poucas sombras sobre o presente. A qualidade dos muitos carmas oscila, mesmo que haja um final muito feliz a longuíssimo prazo. Há preceitos morais, como o Nobre Caminho de Oito Passos, o *Panch Shila*, o *Panch Dharma*, mas sua epistemologia se abre para um processo infinito de criação, e uma possível interpretação disso é que a tarefa que se apresenta é a de identificar as circunstâncias externas que favorecem o crescimento interno.

Isto abre o leque de futuros possíveis para qualquer pessoa em um dado tempo e lugar. Nenhum deus (ou sucessores) poderá prescrever para sempre quais são as leis da natureza e da sociedade. No entanto, na prática, os budistas vêm se mostrando mais interessados nas leis internas do ser humano do que nas leis sociais e naturais. Os hindus e chineses transitam mais pelo âmbito social, e o Ocidente focalizou-se mais na natureza externa. Assim os budistas e hindus vêm tentando dominar a mente como o Ocidente vem tentando dobrar a natureza. E a paz, dizem eles, está na mente dos homens. Portanto, a reversibilidade e flexibilidade mentais são questões importantes.

¹⁵ Johan Galtung, *Peace By Peaceful Means*, London, Sage, 1995, Parte II, Conflict Theory, cap. 2.

¹⁶ Para um exame da epistemologia comparada de Budismo e Cristianismo, ver Johan Galtung, *Methodology and Development*, Copenhagen, Ejlers, 1988, cap. 1.1, ou *Buddhism: A Quest for Unity and Peace*, Colombo, Sarvodaya International, 1933, cap. 5.

A UNESCO foi muitas vezes criticada pela expressão “na mente dos homens”, contida no documento de Yamasoukrou. E isto nos leva ao próximo assunto. Do ponto de vista das ciências humanas, seria ingenuidade limitar tão somente às religiões a busca de gênese da paz cultural. Evidentemente a gênese da paz cultural, os elementos que formam a cultura de paz podem ser encontrados em todas as religiões, mais em suas articulações mais brandas que nas mais duras. Mas a cultura não deve ser confundida com os produtos/objetos culturais (dentre eles textos e símbolos religiosos); deveria ser vista como os padrões (simbólicos) que geram tais produtos, semelhante aos padrões para o verdadeiro, o bom, o justo, o belo, o sagrado, que todos os grupos humanos desenvolvem. Talvez não para as cinco categorias, mas ao menos as três primeiras. E assim para todas as categorias humanas, definidas pelas linhas divisórias que fazem de nós humanos, e que às vezes nos dividem: gênero, geração, raça, classe, nação, território.

Minha experiência de 50 anos como ativista de paz me mostrou que encontramos mais portadores da paz entre mulheres do que entre homens; entre mulheres de todas as idades; e mais entre homens velhos e moços do que entre homens adultos de meia-idade (estes são os mais duvidosos). A raça como tal não faz diferença. Na classe média mais do que na classe alta ou baixa. Certamente não se encontram nos países assolados pelo “complexo trauma/mito de povo-escolhido”, nem naqueles que pensam ter encontrado a única verdade válida para o mundo inteiro. Quanto a território, os pequenos são mais pacificadores que os grandes, incluindo-se as unidades territoriais pequenas e subutilizadas, normalmente chamadas de municípios. Também as unidades não-territoriais como ONGs e a sociedade civil são portadoras de paz.

Contemplemos as hipóteses acima tentando identificar culturas de paz subjacentes que possam explicar tais achados, mesmo se para isso precisarmos usar uma abordagem negativa, postulando a ausência de fatores que geram a guerra ao invés da presença de geradores de paz na categoria cultura profunda.

Gênero – Nos patriarcados os homens tendem a ter uma visão do tipo ganha/perde a respeito dos conflitos, muito mais do que as mulheres, que buscam incessantemente formas de harmonizar os objetivos dos membros da família. Nessa visão, trata-se de “ou eu, ou você” em vez de “nós”. Nesse tipo de embate, não há espaço para admitir fraquezas, nem para si mesmo. Se houver falhas em algum lugar, a tendência é projetá-las no outro e atribuir culpa em vez de assumir uma responsabilidade partilhada. A reversibilidade de qualquer decisão depende da admissão de que a decisão pode ter sido errada, uma posição difícil de assumir para um gênero que se sente perto do Onisciente/Onipresente.

Conhecendo sua própria agressividade latente, os homens, mais que as mulheres, tendem a construir e se inserir em hierarquias rígidas de idéias e teses (como a violência cultural da lei dedutiva) ou situações (violência estrutural, como presente nas hierarquias militares-burocráticas). Conclusão: não há garantia de que as mulheres sejam portadoras de cultura de paz, mas existe a hipótese de que os homens nos patriarcados não são.

Geração – Como muito do que foi dito acima sobre os homens decorre de sua posição social fora da família, e também do papel de *pater familias*, então, não se aplica na mesma medida ao homem jovem,

que é ainda um membro subordinado da família; e nem ao homem velho, que está em decadência na sociedade e na família. Como exemplo disso temos as mensagens de paz feitas por ex-ministros da defesa e ex-presidentes.

Raça – Não há motivos para que a raça faça alguma diferença na quantidade de geração de paz ou geração de guerra, contanto que gênero, geração, classe e nação se mantenham constantes.

Classe – A questão é que a classe, da forma como a conhecemos, é definida basicamente dentro de uma “sociedade”, que até agora significa, na prática, alguma combinação de nação e país. A pessoa recebe um status de elite dentro de sua nação ou país, por exemplo, através do nascimento ou da educação, e esse status não se transmite automaticamente de país para país (nem mesmo na realeza). Quem é importante em casa, não é ninguém lá fora. A dinâmica oposta se aplica mais ao indivíduo do que à pessoa fruto da sociedade: (“ninguém é profeta na própria terra”). Conseqüentemente, as elites estão especialmente inclinadas a desempenharem papéis de liderança em conflitos interestaduais ou internacionais para conseguirem vantagens através da possibilidade de enaltecer seu país ou estado. Estas também conseguem mais facilmente formar alianças com os segmentos da sociedade mais passíveis de sedução (por exemplo, por estarem famintos ou sem emprego) ou mais tementes do castigo (por terem menos poder). O resultado é uma aliança nacional entre trabalhadores e elite, e uma aliança tácita entre as elites em detrimento dos trabalhadores.¹⁷

Isto não acontece, ou acontece menos, na classe média. Diferente das outras duas classes, a burguesia tem um estilo de vida muito semelhante no mundo todo: famílias com quatro membros, apartamento de quatro quartos, carro com quatro rodas (síndrome do 444). Eles formam a massa das organizações populares, e são (ao menos potencialmente) mais cosmopolitas que nacionalistas.¹⁸ Eles são passíveis de mobilização para a guerra, mas tentam evitá-la e buscam papéis de construção da paz.

Nação – Por definição, as nações são portadoras de cultura, pois é a cultura que define uma nação. No entanto, gostaria de construir aqui uma definição de nação e sua cultura em torno de algo mais primordial do que a linguagem ou a religião, digamos, sobre o espaço e o tempo, e mais especificamente sobre os pontos de *kairos* [tempo oportuno e favorável] onde a glória e os traumas, seculares e sagrados, são definidos. Uma abordagem racional seria proteger os pontos do espaço que são contíguos ao território do país, e também proteger os pontos recorrentes do tempo: a memória, a continuidade daquele território no tempo. Em resumo, o país, incluindo a organização do estado, pode ser considerado uma nação-estado. Em menor escala, a fazenda / propriedade / o castelo familiar, desempenham o mesmo papel.

Território – A essência já foi abordada acima: o território como morada da nação. O problema que se coloca então é se território e nação são excludentes. As fronteiras, o uso de governantes para governar,

¹⁷ Algo dito muitas vezes a respeito da Segunda Guerra Mundial: Os generais que mandaram as classes trabalhadoras para as trincheiras a fim de que se matassem freqüentemente operavam a partir de uma divisão de classes bem marcada. No final (1918) os soldados se revoltaram; na França tal revolta foi esmagada pelo Marechal Pétain.

¹⁸ Este é um dos motivos pelos quais foram vítimas de tanto escárnio até os anos 70, quando o potencial de paz dessas organizações populares foi descoberto na União Soviética.

isto certamente faz com que os territórios pareçam mutuamente excludentes, muito embora a possibilidade de condomínios para fins de gerenciamento e dupla cidadania ainda sejam alternativas possíveis. O mesmo vale para a nação: sabe-se que há pessoas políglotas, há até aquelas que seguem mais de uma religião, e nas sociedades multinacionais (como o Havaí) as pessoas desenvolvem estilos de vida polinacionais (como os políglotas), e sentem-se à vontade em várias nações, distribuindo suas alegrias e tristezas de modo mais equânime entre os vários pontos de *kairos*. Uma condição para que isto ocorra é que o território não seja dominado, estatisticamente ou de outra forma, por uma só nação,

Chegamos perto do fim. O tema é infinito. Como também o esforço para aumentar os elementos geradores de paz e pacificar os elementos geradores de guerra.

12 de outubro de 2003